

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CONTRATO Nº 41/2022/TRE-RO (DE ADESÃO PODER PÚBLICO)/2022

ENERGISA RONDÔNIA			
CONTRATO DE ADESÃO PODER PÚBLICO			
DESC/CRCE/00/2022			
A	DISTRIBUIDORA		
Nome:			
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S.A.			
Endereço:			
Av. dos Imigrantes, nº 4137 – Bairro Industrial – CEP: 76.801-063 – Porto Velho - RO			
CNPJ: 05.914.650/0001-66			
Inscrição Estadual - IE: 255637			
B	CONSUMIDOR E UNIDADE CONSUMIDORA (UC)		
Nome: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)			
Endereço Sede:			CNPJ/CPF:
Av. Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa União			04.565.735/0001-13
CEP:	Cidade:	Estado:	Inscrição Estadual:
76.805-859	Porto Velho	Rondônia	-
Atividade Principal: Administração Pública em geral			
Classe de Consumo: Poder Público			Código de Atividade (CNAE):
			8411600
E-mail:			
seap@tre-ro.jus.br			
Telefone/Fax:			Celular:
(69) 3211-2000 / (69) 3211-2258			-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

C	INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELA LEI Nº 14.133/21	
Ato autorizativo da contratação:		Número do processo de dispensa de licitação:
Decisão TRE-RO 1601-GABDG, de 16/12/2022 (evento 0958793)		Processo SEI TRE-RO 0002403-11.2022.6.22.8000
Classificação funcional programática do crédito previsto para as despesas:		
Categoria: Orçamento Ordinário; Agregador: Manutenção Geral; Plano interno: AIEF ENERGI		

Por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, ou via sistema SEI do TRE-RO.

Porto Velho/RO, dezembro de 2022.

D	ASSINATURAS DOS REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS)	
PELO CONSUMIDOR:		
Nome: LIA MARIA ARAÚJO LOPES		
Cargo: Diretora Geral do TRE-RO		
CPF: 475.106.849-00		
PELA DISTRIBUIDORA:		
Nome: KRISTIANY MARTINS BRILHANTE		Nome: IVAN LIMA
Cargo: Coordenadora de Relacionamento Relacionamento		Cargo: Supervisor de
CPF: 591.825.802-78		CPF: 732.608.942-68

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Testemunha:	Testemunha:
Fábia Maria dos Santos Silva	Luciano da Silva Santos Braga
CPF: 567.849.102-49	CPF: 812.434.482-53

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA CONSUMIDORES TITULARES DE UNIDADES CONSUMIDORAS DO GRUPO B

A DISTRIBUIDORA, em conformidade com a Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, e o CONSUMIDOR responsável pelas unidades consumidoras vinculadas ao seu CNPJ, aderem, de forma integral, nos termos deste Contrato de Adesão, objeto de dispensa de licitação de acordo com o inciso XXII, do art. 24, da Lei 8.666/93:

Sequência	Código Único	Localização	Características da Forma de Contratação de Energia
1	1265813-8	AVENIDA ROGERIO WEBER, S/N, BAIXA UNIÃO - PORTO VELHO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
2	164925-0	AV. 7 DE SETEMBRO, 3071, CENTRO - ESPIGÃO DO OESTE (LOCADO)	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
3	432099-0	AV. CANDIDO RONDON, 784, TAMANDARE - GUAJARA MIRIM	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
4	452953-3	AVENIDA MARECHAL RONDON, 1218, CENTRO - JI PARANA	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
5	1062430-2	RUA 545, 495, JARDIM AMÉRICA - VILHENA	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6	143831-0	AVENIDA CHIANCA, 1159, CENTRO - COSTA MARQUES	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
7	1316797-8	AVENIDA MARECHAL RONDON, 4637, CENTRO - COLORADO DOESTE	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
8	626461-8	AVENIDA DAS NACOES, 1847, CENTRO - CEREJEIRAS	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
9	1076927-1	AVENIDA CASTELO BRANCO, S/N, PIONEIROS - PIMENTA BUENO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
10	2193127-4	RUA ALCINDA RIBEIRO DE SOUZA, 538, ALVORADA - PIMENTA BUENO (LOCADO)	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
11	1045474-2	RUA PRINCESA ISABEL, 1028, SETOR 02 - JARU	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
12	0522225-2	RUA ANÍSIO SERRÃO, 2004, CENTRO - CACOAL	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
13	607567-3	RUA CAFÉ FILHO, 83, DA UNIÃO - OURO PRETO DOESTE	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
14	2106774-9	RUA CAFÉ FILHO, 170, DA UNIÃO - OURO PRETO DOESTE	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
15	1140043-9	AV. MACAPÁ, 1763, ERNANDES GONÇALVES - PRESIDENTE	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		MEDICI	
16	1020237-4	AVENIDA SAO LUIZ, 4557, CENTRO - ROLIM DE MOURA	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
17	2097844-1	AVENIDA CORUMBIARA, 4451SL E, CENTRO - ROLIM DE MOURA (LOCADO)	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
18	2073296-2	AVENIDA CORUMBIARA, 4451, SL E, CENTRO - ROLIM DE MOURA (LOCADO)	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
19	1145549-7	AVENIDA BRASIL, S/N - ALTA FLORESTA	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
20	660406-4	RUA MONTEIRO LOBATO, 4283, CENTRO - ALVORADA DOESTE	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
21	639103-1	AVENIDA DOM PEDRO I, 2349, CENTRO - SANTA LUZIA	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
22	1095430-3	AVENIDA RIO DE JANEIRO, 3134, CENTRO - MACHADINHO DOESTE	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
23	1123783-1	AVENIDA TREZE DE MAIO, 1858, SETOR 13 - NOVA BRASILANDIA	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
24	1361547-1	AVENIDA PORTO VELHO, 1454 , SETOR 02- BURITIS	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

25	1105584-5	AVENIDA CACOAL, 965, CRISTO REI - SAO MIGUEL DO GUAPORE	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.
----	-----------	--	---

DAS DEFINIÇÕES

1. carga instalada: soma das potências nominais dos equipamentos elétricos instalados na unidade consumidora, em condições de entrar em funcionamento, expressa em quilowatts (kW);
2. consumidor: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, legalmente representada, que solicite o fornecimento de energia ou o uso do sistema elétrico à DISTRIBUIDORA, assumindo as obrigações decorrentes deste atendimento à (s) sua (s) unidade (s) consumidora (s);
3. distribuidora: agente titular de concessão ou permissão federal para prestar o serviço público de distribuição de energia elétrica;
4. energia elétrica ativa: aquela que pode ser convertida em outra forma de energia, expressa em quilowatts-hora (kWh);
5. energia elétrica reativa: aquela que circula entre os diversos campos elétricos e magnéticos de um sistema de corrente alternada, sem produzir trabalho, expressa em quilovolt-ampère-reativohora (kVARh);
6. grupo B: grupamento composto de unidades consumidoras com fornecimento em tensão inferior a 2,3 quilovolts (kV);
7. indicador de continuidade: valor que expressa a duração, em horas, e o número de interrupções ocorridas na unidade consumidora em um determinado período de tempo;
8. interrupção do fornecimento: desligamento temporário da energia elétrica para conservação e manutenção da rede elétrica e em situações de casos fortuitos ou de força maior;
9. padrão de tensão: níveis máximos e mínimos de tensão, expressos em volts (V), em que a DISTRIBUIDORA deve entregar a energia elétrica na unidade consumidora, de acordo com os valores estabelecidos pela ANEEL;
10. ponto de entrega: conexão do sistema elétrico da DISTRIBUIDORA com a unidade consumidora e situa-se no limite da via pública com a propriedade onde esteja localizada a unidade consumidora;
11. potência disponibilizada: potência em quilovolt-ampère (kVA) de que o sistema elétrico da DISTRIBUIDORA deve dispor para atender aos equipamentos elétricos da unidade consumidora;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12. suspensão do fornecimento: desligamento de energia elétrica da unidade consumidora, sempre que o CONSUMIDOR não cumprir com as suas obrigações definidas na Cláusula Quarta;
13. tarifa: valor monetário estabelecido pela ANEEL, fixado em Reais por unidade de energia elétrica ativa ou da demanda de potência ativa; e
14. unidade consumidora: conjunto composto por instalações, equipamentos elétricos, condutores e acessórios, incluída a subestação, quando do fornecimento em tensão primária, caracterizado pelo recebimento de energia elétrica em apenas um ponto de entrega, com medição individualizada, correspondente a um único CONSUMIDOR e localizado em uma mesma propriedade ou em propriedades contíguas;

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Este instrumento contém as principais condições da prestação e utilização do serviço público de energia elétrica entre a DISTRIBUIDORA e o CONSUMIDOR, de acordo com as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica e demais regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PRINCIPAIS DIREITOS DO CONSUMIDOR

1. receber energia elétrica em sua unidade consumidora nos padrões de tensão e de índices de continuidade estabelecidos;
2. ser orientado sobre o uso eficiente da energia elétrica, de modo a reduzir desperdícios e garantir a segurança na sua utilização;
3. escolher uma entre pelo menos 6 (seis) datas disponibilizadas pela DISTRIBUIDORA para o vencimento da fatura;
4. receber a fatura com antecedência mínima de 05 (dez) dias úteis da data do vencimento;
5. responder apenas por débitos relativos à fatura de energia elétrica de sua responsabilidade;
6. ter o serviço de atendimento telefônico gratuito disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia e sete dias por semana para a solução de problemas emergenciais;
7. ser atendido em suas solicitações e reclamações feitas à DISTRIBUIDORA sem ter que se deslocar do Município onde se encontra a unidade consumidora;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8. ser informado de forma objetiva sobre as providências adotadas quanto às suas solicitações e reclamações, de acordo com as condições e prazos de execução de cada situação, sempre que previstos em normas e regulamentos;
9. ser informado, na fatura, sobre a existência de faturas não pagas;
10. ser informado, na fatura, do percentual de reajuste da tarifa de energia elétrica aplicável a sua unidade consumidora e data de início de sua vigência;
11. ser ressarcido por valores cobrados e pagos indevidamente, acrescidos de atualização monetária e juros;
12. ser informado, por escrito, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, sobre a possibilidade da suspensão de fornecimento por falta de pagamento;
13. ter a energia elétrica religada, no caso de suspensão indevida, sem quaisquer despesas, no prazo máximo de até 4 (quatro) horas, a partir da constatação da DISTRIBUIDORA ou da informação do CONSUMIDOR;
14. receber, em caso de suspensão indevida do fornecimento, o crédito estabelecido na regulamentação específica;
15. ter a energia elétrica religada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para a área urbana ou 48 (quarenta e oito) horas para a área rural, observadas as Condições Gerais de Fornecimento;
16. ser ressarcido, quando couber, por meio de pagamento em moeda corrente no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da respectiva data de solicitação ou, ainda, aceitar o conserto ou a substituição do equipamento danificado, em função da prestação do serviço inadequado do fornecimento de energia elétrica;
17. receber, por meio da fatura de energia elétrica, importância monetária se houver descumprimento, por parte da DISTRIBUIDORA, dos padrões de atendimento técnicos e comerciais estabelecidos pela ANEEL;
18. ser informado sobre a ocorrência de interrupções programadas, por meio de jornais, revistas, rádio, televisão ou outro meio de comunicação, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas;
19. ser informado, por documento escrito e individual, sobre as interrupções programadas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, quando existir na unidade consumidora pessoa que dependa de equipamentos elétricos indispensáveis à vida;
20. ter, para fins de consulta, nos locais de atendimento, acesso às normas e padrões da DISTRIBUIDORA e às Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica;
21. quando da suspensão do fornecimento, ser informado das condições de encerramento da relação contratual;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

22. cancelar, a qualquer tempo, a cobrança na fatura de contribuições e doações para entidades ou outros serviços executados por terceiros por ele autorizada; e
23. receber, até o mês de maio do ano corrente, declaração de quitação anual de débitos do ano anterior, referentes ao consumo de energia elétrica.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PRINCIPAIS DEVERES DO CONSUMIDOR

1. manter a adequação técnica e a segurança das instalações elétricas da unidade consumidora, de acordo com as normas oficiais brasileiras;
2. responder pela guarda e integridade dos equipamentos de medição quando instalados no interior de sua propriedade;
3. manter livre a entrada de empregados e representantes da DISTRIBUIDORA para fins de inspeção e leitura dos medidores de energia;
3. manter livre, aos empregados e representantes da DISTRIBUIDORA, para fins de inspeção e leitura, o acesso às instalações da unidade consumidora relacionadas com a medição e proteção; (Redação dada pela REN ANEEL 479, de 03.04.2012)
4. pagar a fatura de energia elétrica até a data do vencimento, sujeitando-se às penalidades cabíveis em caso de descumprimento;
5. informar à DISTRIBUIDORA sobre a existência de pessoa residente que use equipamentos elétricos indispensáveis à vida na unidade consumidora;
6. manter os dados cadastrais da unidade consumidora atualizados junto à DISTRIBUIDORA, especialmente quando da mudança do titular, solicitando a alteração da titularidade ou o encerramento da relação contratual, se for o caso;
7. informar as alterações da atividade exercida (ex.: residencial; comercial; industrial; rural; etc.) na unidade consumidora;
8. consultar a DISTRIBUIDORA quando o aumento de carga instalada da unidade consumidora exigir a elevação da potência disponibilizada;
9. ressarcir a DISTRIBUIDORA, no caso de investimentos realizados para o fornecimento da unidade consumidora e não amortizados, excetuando-se aqueles realizados em conformidade com os programas de universalização dos serviços; e
10. todas as unidades consumidoras cujo cadastro esteja vinculado ao CNPJ deste CONSUMIDOR, estão automaticamente submetidas a este contrato.

CLÁUSULA QUARTA: DA SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção imediata, pelas razões descritas nos itens 1 e 2 seguintes, ou após prévio aviso, pelas razões descritas nos itens 3 a 5:

1. deficiência técnica ou de segurança em instalações da unidade consumidora que ofereçam risco iminente de danos a pessoas, bens ou ao sistema elétrico;
2. fornecimento de energia elétrica a terceiros;
3. impedimento do acesso de empregados e representantes da DISTRIBUIDORA para leitura, substituição de medidor e inspeções necessárias;
4. razões de ordem técnica; e
5. falta de pagamento da fatura de energia elétrica.

CLÁUSULA QUINTA: DA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E CONTRIBUIÇÕES DE CARÁTER SOCIAL

A DISTRIBUIDORA pode:

1. executar serviços vinculados à prestação do serviço público ou à utilização da energia elétrica, observadas as restrições constantes do contrato de concessão e que o CONSUMIDOR, por sua livre escolha, opte por contratar; e
2. incluir na fatura, de forma discriminada, contribuições de caráter social, desde que autorizadas antecipadamente e expressamente pelo CONSUMIDOR.

CLÁUSULA SEXTA: DO ENCERRAMENTO DA RELAÇÃO CONTRATUAL

Pode ocorrer por:

1. pedido voluntário do titular da unidade consumidora para encerramento da relação contratual;
2. decurso do prazo de 2 (dois) ciclos completos de faturamento após a suspensão regular e ininterrupta do fornecimento à unidade consumidora; e
3. pedido de fornecimento formulado por novo interessado referente à mesma unidade consumidora.

CLÁUSULA SÉTIMA: DOS RECURSOS E DA COMPETÊNCIA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. vencido o prazo para o atendimento de uma solicitação ou reclamação feita para a DISTRIBUIDORA, ou se houver discordância em relação às providências adotadas, o CONSUMIDOR pode contatar a ouvidoria da DISTRIBUIDORA;
2. a ouvidoria da DISTRIBUIDORA deve comunicar ao CONSUMIDOR, em até 15 (quinze dias), as providências adotadas quanto às suas solicitações e reclamações, cientificando-o sobre a possibilidade de reclamação direta à agência estadual conveniada ou, em sua ausência, à ANEEL, caso persista discordância;
3. sempre que não for oferecido o serviço de ouvidoria pela DISTRIBUIDORA, as solicitações e reclamações podem ser apresentadas pelo CONSUMIDOR diretamente à agência estadual conveniada, ou, em sua ausência, diretamente à ANEEL.

CLÁUSULA OITAVA: DAS LEIS ANTICORRUPÇÃO

O CONSUMIDOR declara que conhece as várias leis e convenções aplicáveis no Brasil que proíbem atos de corrupção e outros atos lesivos contra a administração pública, dentre elas a Convenção Anticorrupção da OCDE, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Decreto Federal nº 5.687/06), o Código Penal Brasileiro, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), Lei nº 9.613/98 e a Lei nº 12.846/2013, doravante denominadas, em conjunto, “Leis Anticorrupção”. Em todas as atividades e atos relacionados à execução do presente Contrato, compromete-se a CONSUMIDOR a cumprir e fazer cumprir, por si e por seus administradores, colaboradores e terceiros, rigorosamente, as Leis Anticorrupção.

Resumo desta contratação:

Processo: 0002403-11.2022.6.22.8000 - SEI TRE-RO

Projeto Básico: 4/SEAP/TRE-RO (Evento 0886833)

Objeto: Fornecimento de energia elétrica para atender às seguintes unidades Justiça Eleitoral de Rondônia: prédio da Seção de Transportes (Anexo III), localizado no município de Porto Velho/RO; prédios dos Fóruns Eleitorais localizados no interior do Estado de Rondônia, conforme relação abaixo e conforme detalhado a seguir:

Características da UNIDADE CONSUMIDORA do CLIENTE: já mencionadas neste instrumento.

Características dos Pontos de entrega: já mencionadas neste instrumento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Vigência: 60 (sessenta) meses, iniciando-se em 01/01/2023 e terminando em 31/12/2027, não podendo ser prorrogado.

Valor total estimado: R\$ 1.963.817,03 (um milhão, novecentos e sessenta e três mil oitocentos e dezessete reais e três centavos)

Fonte de recurso: Nota de Empenho a ser expedida no exercício de 2023.

Fundamentação Legal: Contratação direta por dispensa de licitação, com fulcro no inciso XXII, do art. 24, da Lei 8.666/93.

Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Dispensa de Licitação: Despacho TRE-RO 1601-GABDG, de 16/12/2022 (evento [0958793](#))

Unidade Gestora/Fiscalizadora desta contratação: A gestão ficará a cargo do titular da Seção de Administração Predial – SEAP, e a fiscalização será exercida pelo titular da Seção de Manutenção Predial – SEMAP (com relação às unidades localizadas na capital Porto Velho/RO) e a fiscalização será exercida pelo Chefe de Cartório Administrador de cada Fórum Eleitoral (com relação às unidades localizadas no interior do Estado de Rondônia), sendo que na ausência dos titulares referidos essas funções serão exercidas por seus respectivos substitutos, cabendo a todos mencionados as atribuições previstas pela IN 04/2008-TRE/RO e por outras normas que venham atualizá-la ou substituí-la.

LGPD: A partir da assinatura do presente instrumento, as partes contratantes se comprometem a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.790/2018.

Publicação: O TRE-RO publicará o extrato desta contratação no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral – DJE e no Diário Oficial da União – DOU, dentro do prazo legal estabelecido legalmente.

Compõe a presente contratação somente este Contrato de Adesão Poder Público (DESC/CRCE), tendo sido dispensados pela Energisa o Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) e o Contrato de Compra de Energia Regulada – CCER.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 21/12/2022, às 09:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **IVAN LIMA, Usuário Externo**, em 30/12/2022, às 09:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **KRISTIANY MARTINS BRILHANTE, Usuário Externo**, em 30/12/2022, às 10:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 30/12/2022, às 10:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 30/12/2022, às 12:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0960286** e o código CRC **CE4E9B04**.

0002403-11.2022.6.22.8000

0960286v2

**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 11/2022 -
PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP**

1 - INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao que prescreve os artigos 6º, IX, e 7º, I, § 2º e § 9º, da Lei 8.666/93, bem como o disposto na Instrução Normativa n. 004/2008 – TRE-RO, elaboramos o presente Projeto Básico com vista a contratação direta com a ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, para atender as necessidades das unidades deste Tribunal, quanto ao fornecimento de energia elétrica, conforme disposições a seguir.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2 - OBJETO

Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de Energia Elétrica para atender às seguintes unidades desta Justiça Eleitoral: prédio da Seção de Transportes (Anexo III), localizado no município de Porto Velho, e aos prédios dos Fóruns Eleitorais localizados no interior do Estado de Rondônia, conforme relação abaixo, de acordo com as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica e sem prejuízo dos demais regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

	Código Único	Município	Endereço
1	1265813-8	Porto Velho Anexo III	Av. Rogério Weber Cantuária – Bairro
2	164925-0	Espigão do Oeste (locado)	Av. 7 de Setembro,
3	0432099-0	Guajará-Mirim	Av. Candido Rondo
4	0452953-3	Ji-Paraná	Av. Marechal Rond
4	1062430-2	Vilhena	Rua 545, nº 495, Ba
6	0143831-0	Costa Marques	Av. Chianca, nº 115
7	1316797-8	Colorado do Oeste	Av. Marechal Rond
8	0626461-8	Cerejeiras	Av. das Nações, nº
9	1076927-1	Pimenta Bueno	Av. Castelo Branco 000
10	2193127-4	Pimenta Bueno (Locado)	Av. Alcinda Ribeiro 76.970-00
11	1045474-2	Jaru	Rua Princesa Isabel
12	0522225-2	Cacoal	Rua Anísio Serrão,
13	0607567-3	Ouro Preto do Oeste	Rua Café Filho, nº 8
14	2106774-9	Ouro Preto do Oeste	Rua Café Filho, nº
15	1140043-9	Presidente Médici	Av. Macapá nº 176
16	1020237-4	Rolim de Moura	Av. São Luiz, nº 45
17	2097844-1	Rolim de Moura - Locado	AV. Corumbiara, 4
18	2073296-2	Rolim de Moura - Locado	AV. Corumbiara, 4
19	1145549-7	Alta Floresta D'Oeste	Av. Brasil, nº 3068
20	0660406-4	Alvorada do Oeste	Rua Monteiro Loba
21	639103-1	Santa Luzia D'Oeste	Rua D. Pedro I, nº 2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

22	1095430-3	Machadinho D'Oeste	Av Rio de Janeiro,
23	1123783-1	Nova Brasilândia D'Oeste	Av. 13 de Maio, nº
24	1361547-1	Buritis	Av. Porto Velho, nº
25	1105584-5	São Miguel do Guaporé	Rua Cacoal, nº 965

3 - JUSTIFICATIVA

Em atendimentos ao art. 2º da IN nº 004/2008-TRE/RO, este instrumento foi elaborado com base nos **princípios** do planejamento e da objetividade.

Do **Planejamento**: Este Projeto Básico foi elaborado, a fim de que a Administração conheça a necessidade, identifique adequadamente o objeto a ser adquirido e faça a adequada reserva orçamentária.

Da **Objetividade**: Para o funcionamento das unidades da Justiça Eleitoral, faz-se necessário o uso de equipamentos, tais como computadores, condicionadores de ar, luminárias entre outros, e para o funcionamento destes equipamentos faz-se necessário o fornecimento de energia elétrica.

Atualmente, em todas as localidades onde há unidades da Justiça Eleitoral o fornecimento de energia elétrica é feito exclusivamente pela ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, concessionária responsável pela distribuição de energia elétrica para todo o Estado. Tal fornecimento é feito de acordo com; **CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO – CUSD (GRUPO B) 023/2017** ([0254037](#)) e **CONTRATO DE COMPRA DE ENERGIA REGULADA - CCER 024/2017** ([0254041](#)); pelo prazo de 60 (sessenta) meses, cuja vigência terminará em 31/12/2022.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Além disso, a aquisição pretendida vai ao encontro de **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** traçados no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO deste órgão, a saber:

- **APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA** – Com o levantamento da necessidade de contratação, a adequada caracterização do objeto, e o levantamento de custos, o planejamento e a execução orçamentária estarão pautados na real necessidade e com foco na racionalização dos recursos.

4 – MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

A contratação, s.m.j, deverá ser feita por Dispensa de Licitação, pois conforme prevê o inciso XXII do art. 24 da Lei 8.666 “*é dispensável a licitação na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica*”.

5 – DO PRAZO

Propõe-se a vigência do contrato em 60 (sessenta) meses, **iniciando-se em 01 de janeiro de 2023 e terminando em 31 de dezembro de 2027**, considerando a inexistência de competitividade do setor, por tratar-se de concessionária única de fornecimento de Energia Elétrica no estado de Rondônia.

Assim, será mais vantajoso para a administração, tendo em vista a economicidade alcançada no dimensionamento da contratação pelo prazo máximo legal, tornando desnecessárias as prorrogações anuais, já que não haverá como realizar comparativos de vantajosidade, vez que os preços são definidos nacionalmente pela Agência Reguladora do setor.

Ademais, caso o mercado venha a se alterar criando alguma competitividade, poderá a Administração, a qualquer tempo, usando dos poderes legais a ela conferidos, rescindir a avença e realizar o certame licitatório.

6 - DO VALOR/CONSUMO ESTIMADO

Por se tratar de fornecimento de serviços de Energia Elétrica, não é possível estimar a quantidade exata a ser contratada, estima-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

se o montante em valores tendo por base o consumo dos anos anteriores, autos PSEI [0000319-76.2018.6.22.8000](#) e copilado no quadro a seguir.

Ano	Consumo em kwh	Valor em R\$
2017	364.681	235.001,81
2018	459.385	311.337,22
2019	460.259	390.351,18
2020	387.373	309.329,41
2021	225.665	191.226,57
2022 *	189.142	165.065,79

O Consumo refere-se a 7 meses de consumo e se manter a mesma média deverá fechar o ano com 324.243,43kwh.

STIMATIVA DE CONSUMO PARA OS PRÓXIMOS 5 ANOS

Com projeção de custos com os mesmos índices de consumo e correção anual em 10%, sobre o valor da tarifa, tem-se o valor total a ser pago para os anos de 2023 a 2027, conforme tabela abaixo, e o valor total para o período do contrato é de **R\$ 1.963.817,03** (um milhão, novecentos e sessenta e três mil oitocentos e dezessete reais e três centavos), distribuídos conforme quadro abaixo.

Projeção de consumo e de Custos			
Ano	Consumo em kwh	Tarifa Estimada R\$	Valor em R\$
2023	364.681	0,799392	291.523,07
2024	459.385	0,879331	403.951,47
2025	364.681	0,967264	352.742,80
2026	459.385	1,063990	488.781,05
2027	364.681	1.170389	426.818,63
Total	2.012.813		1.963.817,03

Para a estimativa dos consumos anuais e totais, com os respectivos valores, foi utilizada a seguinte metodologia:

- Para o ano de 2023 utilizou-se como parâmetro de estimativa de consumo registrado no ano de 2017, entretanto para o ano de 2024 foi utilizado como parâmetro o ano de 2018, visto ser ano em que



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

foram realizadas eleições gerais, tendo a mesma sistemática repetida para os anos de 2025, 2026 e 2027.

- Não foram consideradas projeções para possível aumento de consumo de energia elétrica em função de crescimento natural do órgão ao longo do período, haja vista a constante busca e implantação de ações ensejadoras de redução do consumo e ainda a eficiência energética dos novos equipamentos desenvolvidos pela indústria, contribuem para que não haja crescimento natural de consumo.

- No que se refere a valores, foi utilizada como base a tarifa atualmente vigente de R\$ 0,726720, com estimativa de reajuste anuais de 10% (dez por cento), já considerado para o ano de 2023, geralmente aplicado no mês de novembro de cada ano.

7 - DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

A despesa para contratação do serviço decorrente do presente Projeto Básico correrá inicialmente com recursos do Orçamento Anual de 2023 deste Tribunal, autos **SEI 0000425-96.2022.6.22.8000**, conforme quadro abaixo, sendo que para os demais exercícios ocorrerá com recursos dos respectivos orçamentos:

Para o exercício de 2023 o valor estimado é de **R\$ 291.523,07** (duzentos e noventa e um mil quinhentos e vinte e três reais e sete centavos).

CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO):	Ordinário
AGREGADOR :	Manutenção Ge
PLANO INTERNO:	AIEF ENERGI.
VALOR (2023) :	R\$ 291.523,07

8 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES CONSUMIDORAS

8.1 – Característica da UNIDADE CONSUMIDORA do
CLIENTE:

Código Único	Atividade Exercida	Ender eço	Município/E stado	Caracterís ticas da
---------------------	---------------------------	----------------------	------------------------------	--------------------------------



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				Forma de Contratação de Energia
000095-7	Órgão Público Federal – Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	Av. Presidente Dutra, 1889 - Baixo Baixa da União - CEP 76.805.859	Porto Velho/RO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 Classe: Poder Público

8.2 – Características dos Pontos de entrega:

S eq	Código Único	Município	Endereço	Tensão Nominal de Fornecimento	Tensão Contratada
1	1265813-8	Porto Velho	Av. Rogério Weber, s/n, entre Ruas Jacy-Paraná e Raimundo Cantuária – Bairro Baixa da União	220/127 V	220/127 V
2	164925-0	Espigão do Oeste (locado)	Av. 7 de Setembro, nº 3071 – Centro - CEP: 76.974-000	220/127 V	220/127 V
3	0432099-0	Guajará-Mirim	Av. Candido Rondon, nº 784, Bairro Tamandaré - CEP - 76.850-000	220/127 V	220/127 V
4	0452953-	Ji-Paraná	Av. Marechal Rondon, nº 1218, Bairro Centro - CEP - 76.960-	220/127	220/127 V



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	3		000	V	
5	1062 430- 2	Vilhena	Rua 545, nº 495, Bairro Jardim América - CEP - 76.980-000	220/ 127 V	220/12 7 V
6	0143 831- 0	Costa Marques	Av. Chianca, nº 1159, Bairro Centro - CEP - 76.937-000	220/ 127 V	220/12 7 V
7	1316 797- 8	Colorado do Oeste	Av. Marechal Rondon, nº 4637, Bairro Centro - CEP - 76.993-000	220/ 127 V	220/12 7 V
8	0626 461- 8	Cerejeiras	Av. das Nações, nº 1847, Bairro Centro - CEP - 76.997-000	220/ 127 V	220/12 7 V
09	1076 927- 1	Pimenta Bueno	Av. Castelo Branco, nº 970 – Bairro dos Pioneiros - CEP - 76.970-000	220/ 127 V	220/12 7 V
10	2193 127- 4	Pimenta Bueno (Localidade)	Av. Alcinda Ribeiro de Souza, n. 538 - Bairro Alvorada - CEP 76.970-00	220/ 127 V	220/12 7 V
11	1045 474- 2	Jaru	Rua Princesa Isabel, nº 1028 – Setor 02 - CEP - 76.889-000	220/ 127 V	220/12 7 V
12	0522 225- 2	Cacoal	Rua Anísio Serrão, nº 2004, Bairro Centro - CEP - 76.963-804	220/ 127 V	220/12 7 V
13	0607 567- 3	Ouro Preto do Oeste	Rua Café Filho, nº 83, Bairro da União - CEP - 76.920-000	220/ 127 V	220/12 7 V
14	2106 774- 9	Ouro Preto do Oeste	Rua Café Filho, nº 170, Bairro da União - CEP - 76.920-000	220/ 127 V	220/12 7 V
15	1140 043- 9	Presidente Médici	Av. Macapá nº 1763 , Bairro Ernandes Gonçalves. CEP - 76.916-000	220/ 127 V	220/12 7 V
16	1020 237- 4	Rolim de Moura	Av. São Luiz, nº 4557, Bairro Centro - CEP - 76.940-000	220/ 127 V	220/12 7 V



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1 7	2097 844- 1	Rolim de Moura - Locado	AV. Corumbiara, 4451 SL E - CENTRO -CEP 76940000	220/ 127 V	220/12 7 V
1 8	2073 296- 2	Rolim de Moura - Locado	AV. Corumbiara, 4451 SL E - CENTRO -CEP 76940000	220/ 127 V	220/12 7 V
1 9	1145 549- 7	Alta Floresta D'Oeste	Av. Brasil, nº 3068. CEP - 76.954-000	220/ 127 V	220/12 7 V
2 0	0660 406- 4	Alvorad a do Oeste	Rua Monteiro Lobato, nº 4283, Bairro Centro - CEP - 76.930- 000	220/ 127 V	220/12 7 V
2 1	6391 03-1	Santa Luzia D'Oeste	Rua D. Pedro I, nº 2349, Bairro Centro - CEP - 76.950-000	220/ 127 V	220/12 7 V
2 2	1095 430- 3	Machad inho D'Oeste	Av Rio de Janeiro, nº 3134, Bairro Centro - CEP - 76.868- 000	220/ 127 V	220/12 7 V
2 3	1123 783- 1	Nova Brasilâ ndia D'Oeste	Av. 13 de Maio, nº 1858, Setor 13, CEP - 76.958-000	220/ 127 V	220/12 7 V
2 4	1361 547- 1	Buritis	Av. Porto Velho, nº 1454, Setor 02. CEP - 76.880-000	220/ 127 V	220/12 7 V
2 5	1105 584- 5	São Miguel do Guapor é	Rua Cacoal, nº 965 – Bairro Cristo Rei - CEP - 76.932-000	220/ 127 V	220/12 7 V

Obs: Os pontos de entrega acima são os mesmos que fazem parte do Contrato 024/2017 vincendo.

9 – DO CONTRATO E SUAS CLÁUSULAS

Por se tratar de contrato de adesão, regulamentado por legislação específica, as regras contratuais estão dispostas na Minuta de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contrato em anexo([0882741](#)), fornecida pela ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.

10 – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Será gestor do contrato o Chefe da Seção de Administração Predial – SEAP, auxiliado por servidores lotados na unidade.

Para as unidades localizadas na capital será fiscal do contrato será o chefe da Seção de Manutenção Predial-SEMAP.

Para as unidades do interior do Estado, será fiscal do contrato o Chefe de Cartório Administrador de cada Fórum Eleitoral e ainda cabe aos substitutos das unidades mencionadas a respectiva gestão e fiscalização, nas ausências dos titulares, cabendo a esses, no exercício dessas funções, as atribuições previstas pela IN 04/2008-TRE/RO.

11 - DOS ANEXOS

- 1 - Carta de Exclusividade ([0882734](#));
- 2 - Procuração Energisa ([0882738](#));
- 3 - Documento Procurador ([0882739](#));
- 4 - Documento Procurador ([0882740](#));
- 5 - Modelo de contrato grupo B ([0882741](#))
- 6 - Resolução de Valores e Tarifas ([0882745](#)).



Documento assinado eletronicamente por **LAURENCI BERNARDINO**, Chefe de Seção, em 28/11/2022, às 11:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0946437** e o código CRC **41B161FD**.

0002403-11.2022.6.22.8000

PROCESSO: 0002403-11.2022.6.22.8000

INTERESSADO: SEAP

ASSUNTO: Minutas - Contratos de adesão - ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A - Fornecimento de energia elétrica – Prédios Anexo III, localizado em Porto Velho/RO, e Fóruns Eleitorais localizados no interior do Estado de Rondônia - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 266 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Administração Predial – SEAP ([0881226](#)), no qual se busca a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de energia elétrica de ***baixa tensão*** para atender às seguintes unidades desta Justiça Eleitoral: Prédios Anexo III e 26 Fóruns Eleitorais do interior do Estado de Rondônia, considerando o esgotamento do prazo máximo de vigência do contrato atualmente em vigor em 31/12/2022.

02. Por meio do **Parecer Jurídico n. 204/2022** ([0915803](#)) esta unidade opinou, com fundamento no art. 24, XXII, da Lei n. 8.666/93, pela possibilidade da contratação direta pelo prazo de 60 meses, a partir de 1º/01/2023, da **ENERGISA RONDÔNIA** para o atendimento dessa demanda. Registrou também que, porquanto afastadas as normas gerais da Lei de Licitações, não totalmente compatíveis com o regime de prestação de serviços públicos, **entendia necessário verificar a submissão da contratação aos trâmites normais para formação da relação contratual** para sua posterior avaliação, nos moldes do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93. Assim, sugeriu ainda que quando - e se - juntadas novas minutas dos **contratos de adesão** ao processo para eventuais adequações, poderiam elas serem analisadas pela AJSAOFC, tarefa que não



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

impenderia a eventual deliberação sobre a contratação dos serviços pretendidos.

03. Em seguida, por determinação do Secretário da SAOFC ([0916872](#)), o processo foi enviado à **SECONT** para lavratura de **contrato definitivo**, após finalização das tratativas com a empresa **ENERGISA RONDÔNIA** e posterior submissão à análise da AJSAOFC e manifestação do secretário da SAOFC.

04. Pelo que se verifica, a SECONT efetivamente sugeriu algumas poucas alterações na primeira minuta dos contratos de adesão e as enviou ao setor competente da ENERGISA ([0918207](#) e [0940760](#)), ao que parece atendidas pelo que registrado no e-mail juntado no evento [0940801](#), resultando assim em uma nova minuta de contrato de adesão, a saber: **CONTRATO DE ADESÃO PODER PÚBLICO – DESC/CRCE/00/2022** - Classificação Cativo, Subgrupo B3 - Classe: Poder Público, que tem como objeto regular o fornecimento de Energia Elétrica entre o CONSUMIDOR e a DISTRIBUIDORA, nos termos e condições gerais de Fornecimento de Energia Elétrica e demais regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, evento [0947172](#).

05. Além disso, fez-se necessário a adequações no TR, em razão da exclusão de duas unidades consumidoras, n. 0550805-3 (Espigão d'Oeste) e n. 0522225-2 (Cacoal), pela Energisa na minuta revisada, resultando no TR n. 11/2022 – SEAP ([0946437](#)), consoante Remessa n. 382/2022 – SEAP ([0946443](#)).

06. Dessa forma instruído, a SECONT enviou o processo a esta unidade jurídica, oportunidade em que informou, no que relevante, que a minuta inicial foi ajustada às regras do projeto básico da contratação e às demais regras adicionais necessárias, após submetidas à apreciação da Energisa, que as revisou, ajustou e retornou a minuta necessária à regulação da relação comercial pretendida pelas partes ([0947174](#)). **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

2.1. Da minuta do contrato de adesão - Regularidade na inserção de ajustes pela Administração.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

07. Embora esta peculiaridade já tenha sido anunciada no anterior **Parecer Jurídico AJSAOFC n. 204/2022**, tem-se como relevante reprimir que a contratação pretendida apresenta alguma particularidade porque a ENERGISA, inicialmente propôs minuta do **contrato-padrão para simples adesão** do TRE-RO. Neste documento, são estabelecidas regras unilaterais que, de concreto, **afastam as cláusulas exorbitantes** que conferem poderes especiais nas contratações dos entes da Administração Pública. Esse regime jurídico diferenciado tem aplicação até mesmo quando a Administração Pública figura na condição de usuária de serviço público por força da regra contida no art. 62, § 3º, II, L. 8.666/93. Veja-se:

Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

...

§ 3º Aplica-se o disposto nos arts. 55 e 58 a 61 desta Lei e demais normas gerais, no que couber:

...

II - aos contratos em que a Administração for parte como usuária de serviço público. (sem destaques no original)

08. O conceito de contrato de adesão é encontrado no **Código de Defesa do Consumidor**, Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990, adiante reproduzido:

Art. 54. Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo.

§ 1º A inserção de cláusula no formulário não desfigura a natureza de adesão do contrato.

§ 2º Nos contratos de adesão admite-se cláusula resolutória, desde que a alternativa, cabendo a escolha ao consumidor, ressalvando-se o disposto no § 2º do artigo anterior.

§ 3º Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não será inferior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor. [\(Redação dada pela nº 11.785, de 2008\)](#)

§ 4º As cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão. (sem destaque no original)

09. Como visto, nesse tipo de contratos, a Administração contratante não elabora o termo de contrato para formalizar a relação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratual e tão só adere à minuta previamente existente e aprovada pelo órgão/entidade competente, nos moldes exigidos pela agência reguladora dos respectivos serviços. Contudo, como antes informado pela SECONT ([0944806](#)), buscou-se, no setor próprio da ENERGISA, a concordância para inclusão de algumas regras adicionais às minutas, que dizem respeito: **a)** ao valor estimado; **b)** vigência e publicação; **c)** proteção de dados - Lei 13.790/2018; e, **d)** procedimentos da gestão e fiscalização da contratação no TRE-RO. Como houve aquiescência da distribuidora, vieram ao processo nova minuta ajustada em comum acordo pelas partes.

10. Tal procedimento não merece qualquer reparo. Isso porque são regras que derivam de norma legal ou que buscam inserir no contrato elementos e instrumentos essencialmente necessários à sua execução. Ademais, de acordo com o **§ 1º do art. 40 CDC**, esse ato não altera a natureza do instrumento original que continua sendo um "contrato de adesão".

11. Todavia, porquanto afastadas as normas gerais da Lei de Licitações **não compatíveis** com o regime de prestação de serviços públicos, regulados pelo referido contrato de adesão, deve esta unidade jurídica verificar a submissão da contratação aos trâmites normais para formação da relação contratual, tarefa que será realizada a partir deste ponto do parecer:

A) CONTRATO DE CONTRATO DE ADESÃO PODER PÚBLICO – DESC/CRCE/00/22 - Classificação Cativo, Subgrupo A4 – Classe: Poder Público - **MODALIDADE TARIFÁRIA**, que tem como objeto regular o uso do serviço público de energia elétrica entre a DISTRIBUIDORA e o CONSUMIDOR, evento 0947172:

i. Itens A e B - identificação das partes, classificação do consumidor: adequadas, de acordo com a minuta e preâmbulo.

ii. Itens C - Referência à Lei 14.133/2021: Tem-se como adequado, posto que as contratações com a participação de entes da Administração Pública, antes regidas pela Lei n. 8.666/93, estão agora disciplinadas por esse diploma legal;

v. Item D: Requisitos formais adequados.

B) CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA CONSUMIDORES TITULARES DE UNIDADES CONSUMIDORAS DO GRUPO B:

i. Unidades consumidoras: Requisitos formais adequados;

ii. Definições: Requisitos formais adequados;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

iii. objeto: Adequado, de acordo com o capítulo 2 do TR 11/2022-SEAP;

iv. Direito e Deveres do consumidor: Adequados;

iv. Suspensão do Fornecimento: Este item também traz regras derivadas do regime de concessão da distribuidora que tem sua atividade regulada pela agência reguladora - ANEEL;

v. Encerramento da relação contratual: Adequada;

C) NO RESUMO DA CONTRATAÇÃO:

Valor total estimado: Adequado, de acordo com o capítulo 6 do TR 11/2022-SEAP;

Vigência: Adequada;

Unidade Gestora/ Fiscalizadora: Adequado, de acordo com o capítulo 10 do TR 11/2022-SEAP;

Proteção de dados pessoais - LEI 13.790/2018 - LGPD: Adequada;

Publicação: adequada.

12. Nesses termos, conclui esta Assessoria Jurídica que a minuta do contrato de adesão juntado pela SECONT no evento [0947172](#) encontra-se em conformidade com a legislação de regência, estando ainda em **conformidade** com as regras gerais da Lei n. 8.666/93, naquilo que aplicável e, ainda, com as disposições da Lei n. 14.133/2021.

III – CONCLUSÃO

13. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica entende que a análise formal dos termos da nova minuta do contrato de adesão juntado pela SECONT no evento [0947172](#) revelou que esse instrumento se encontra-se em harmonia com a legislação de regência - não obstante os registros que constam do **item 11 deste parecer**, estando ainda em **conformidade** com as regras gerais da Lei n. 8.666/93, naquilo que aplicável. Assim, em cumprimento ao parágrafo único do art. 38 da Lei de Licitações e Contratos, esta Assessoria Jurídica **APROVA** a minuta supramencionada.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14. Por fim, como regra de transparência nas contratações públicas, embora se trate de um contrato de adesão, deverá ser observada a regular **publicação do extrato do ato na Imprensa Oficial** e nos demais canais de divulgação.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, **Analista Judiciário**, em 30/11/2022, às 15:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002403-11.2022.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL - SEAP

ASSUNTO: Dispensa de licitação – Contratação de pessoa jurídica - ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A - Fornecimento de energia elétrica – Prédios Anexo III, localizado em Porto Velho/RO, e Fóruns Eleitorais localizados no interior do Estado de Rondônia.

DESPACHO Nº 1601 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Administração Predial - SEAP, visando à contratação de pessoa jurídica para fornecimento de energia elétrica de **baixa tensão** para atender às seguintes unidades desta Justiça Eleitoral: Prédios Anexo III e 26 (vinte e seis) Fóruns Eleitorais do interior do Estado de Rondônia, de acordo com as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica e sem prejuízo dos demais regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Atualmente, em todas as localidades onde há unidades da Justiça Eleitoral o fornecimento de energia elétrica é feito exclusivamente pela ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, concessionária responsável pela distribuição de energia elétrica para todo o Estado. Tal fornecimento é feito de acordo com; CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO – CUSD (GRUPO B) n. 023/2017 ([0254037](#)) e CONTRATO DE COMPRA DE ENERGIA REGULADA - CCER n. 024/2017 ([0254041](#)); pelo prazo de 60 (sessenta) meses, cuja



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

vigência terminará em 31/12/2022. Ante à aproximação do termo final do contrato, faz-se necessário nova contratação.

Para instruir os autos, carreu-se a solicitação de contratação ([0882808](#)); a estudo técnico preliminar para dispensa de licitação ([0886404](#)); a informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([0886798](#)) e o projeto básico ([0886833](#)), sendo o valor estimado da contratação de R\$ 1.963.817,03 (um milhão, novecentos e sessenta e três mil oitocentos e dezessete reais e três centavos) para os exercícios de 2023 a 2027.

Além disso, foram juntadas a carta de exclusividade expedida pela própria ENERGISA RONDÔNIA - Distribuidora de Energia S/A, que atesta que essa empresa *é a distribuidora de energia elétrica no Estado de Rondônia, detendo a exclusividade, respeitado o que estabelece as subcláusulas 3ª e 4ª da Cláusula Primeira, do Contrato de Concessão n. 002/2018 – ANEEL, celebrado em 30 de outubro de 2018* ([0882734](#)); a minuta do contrato-padrão de adesão, denominado CONTRATO DE ADESÃO - PODER PÚBLICO, com as condições da prestação e utilização do serviço público de energia elétrica entre a DISTRIBUIDORA e o CONSUMIDOR, de acordo com as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica e demais regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ([0882741](#)); o mandato com poderes negociais para atuação em conjunto aos representantes Kristiany Martins Brilhante e Ivan Lima, conforme procuração com firma reconhecida dos diretores da empresa emitida em 23/03/2022, com validade de 12 meses ([0882738](#)); e a resolução homologatória ANEEL n. 2.990 ([0882745](#)), de 7 de dezembro de 2021, que homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2021, as Tarifas de Energia – TE e as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD referentes à Energisa Rondônia Distribuidora de Energia S.A. - ERO.

A SAC, após as diligências necessárias ([0890081](#)), em análise do PB, complementado pela proposta de adesão, concluiu que o instrumento encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX; art. 7º, inciso I; art. 25 c/c parágrafo único do art. 26, todos da Lei n. 8.666/93 para contratação direta com inexigibilidade de licitação ([0895287](#)).

A COFC atestou não ser possível efetuar a programação e consequente reserva orçamentária, por se tratar de despesa somente no exercício 2023 e depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2023. Em complemento, registrou que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o próximo exercício tramita no Processo n. [0000150-](#)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

[50.2022.6.22.8000](#), com previsão do valor de R\$ 470.219,00 (quatrocentos e setenta mil duzentos e dezenove reais) destinado a despesas com o objeto dessa contratação ([0888119](#)).

Instada, a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou pela regularidade do projeto básico e pela possibilidade jurídica da contratação direta da empresa ENERGISA RONDÔNIA - Distribuidora de Energia S/A, CNPJ n. 05.914.650/0001-66, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, a partir de 1º/01/2023, com fulcro no art. 24, inciso XXII, da Lei n. 8.666/93, para fornecimento de energia elétrica de baixa tensão ao Anexo III, localizado em Porto Velho, e aos Fóruns Eleitorais, localizados no interior do Estado de Rondônia. Quanto à minuta do contrato de adesão, entendeu necessário verificar a submissão da contratação aos trâmites normais para formação da relação contratual para sua posterior avaliação, nos moldes do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, nos termos do item 38 do Parecer Jurídico n. 204 ([0915803](#)).

Em seguida, por determinação do Secretário da SAOFC ([0916872](#)), o processo foi enviado à SECONT para lavratura de contrato definitivo, após finalização das tratativas com a empresa ENERGISA RONDÔNIA e posterior submissão à análise da AJSAOFC e manifestação do secretário da SAOFC.

À vista disso, a SECONT sugeriu as alterações que entendeu necessárias na primeira minuta do contrato de adesão e as enviou ao setor competente da ENERGISA ([0918207](#) e [0940760](#)), resultando assim em uma nova minuta de contrato de adesão ([0940802](#)).

Além disso, foram necessárias adequações no PB inicial, em razão da exclusão de duas unidades consumidoras, n. 0550805-3 (Espigão d'Oeste) e n. 0522225-2 (Cacoal), pela Energisa na minuta revisada, resultando no TR n. 11/2022 – SEAP ([0946437](#)), consoante Remessa n. 382/2022 – SEAP ([0946443](#)). Considerando se tratar de mero erro material, dispensada nova análise pela SAC.

Com essas alterações, a SECONT elaborou a minuta de contrato de adesão de evento n. [0947172](#), elaborada em cumprimento à determinação constante no evento [0916872](#), de 10/10/2022, e com base nas informações constantes no PB/TR respectivo e anexos.

Em apreciação, a AJSAOFC aprovou os termos da minuta de evento n. [0947172](#), em cumprimento ao art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, destacando que deverá ser observada a regular publicação do extrato do ato na imprensa oficial e nos demais canais de divulgação ([0948012](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de dispensa de licitação e manifestou-se pela aprovação do ETP e do TR; pela regularidade da informação conclusiva do valor estimado; pela autorização da despesa, de forma direta, por dispensa de licitação; pela ratificação do ato de reconhecimento da situação de dispensa de licitação; pela contratação direta e emissão do respectivo empenho à empresa; e pela publicação da dispensa e ratificação da despesa no DOU e no DJE ([0948075](#)).

Cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei n. 8.666/93, ainda vigente, tendo em vista que a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei n. 14.133, publicada em 1º de abril de 2021 - tem em seu artigo 191 c/c 193 a permissão para a utilização da lei geral de licitações anterior até o decurso do prazo de 02 (dois) anos, contados da data de sua publicação, momento este - 1º/04/2023.

Analisando os autos, verifica-se ter sido comprovado nos autos a inviabilidade de competição para a contratação pretendida por ausência de mercado concorrencial em todo o Estado de Rondônia, no qual apenas a ENERGISA é a distribuidora de energia elétrica de acordo com a Carta de Exclusividade juntada no evento n. [0882734](#). Sem embargo, o entendimento do Tribunal de Contas da União firmou-se na linha de que a contratação de suprimento de energia elétrica deve ser realizada por dispensa de licitação e não por inexigibilidade, ainda que a competição seja inviável, consoante ACÓRDÃO TCU n. 426/2016 - PRIMEIRA CÂMARA e ACÓRDÃO n. 7791/2014 - SEGUNDA CÂMARA.

Assim, muito embora se trate de serviços prestados em caráter de exclusividade pela ENERGISA e mesmo demonstrada a inviabilidade competitiva, tem-se que, com fundamento no entendimento alicerçado pelo TCU, enquadra-se a contratação na hipótese específica e especial de dispensa de licitação prevista expressamente no art. 24, inciso XXII, da Lei n. 8.666/93.

Além disso, verifica-se que o procedimento adotado para a escolha da fornecedora exclusiva dos serviços atende aos requisitos legais arrolados no art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei n. 8.666/93. Por sua vez, há no processo a comprovação das condições mínimas para contratar com o setor público.

Com efeito, constata-se que a razão para a escolha do fornecedor afigura-se clara, uma vez que aquela concessionária é a única em condições para o fornecimento de energia elétrica no Estado de Rondônia.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Quanto ao cumprimento do requisito legal da justificativa do preço, a análise das informações extraídas da **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE O VALOR ESTIMADO**, evento n. [0886798](#), revela que a unidade demandante laborou dentro dos limites traçados pelo § 1º do art. 6º c/c o art. 7º da Instrução Normativa SG/ME n. 73, de 5/8/2020.

No tocante ao prazo da contratação pretendida, em que pese a regra da anualidade das contratações públicas, o TCU tem admitido que o contrato seja dimensionado, *ab initio*, diretamente por até 60 (sessenta) meses, desde que: a) os serviços sejam contínuos; e b) a vigência excepcional seja justificada pela Administração. Sendo assim, verificada a condição vantajosa para esta Administração, ficou devidamente comprovado nos autos ambas as exigências, como bem registrado no item 29 do Parecer Jurídico n. 204 ([0915803](#)).

Com relação à minuta do contrato de adesão, nesse tipo de contrato a Administração contratante não elabora o termo de contrato para formalizar a relação contratual e tão só adere à minuta previamente existente e aprovada pelo órgão/entidade competente.

Sem embargo, a SECONT deste Tribunal realizou diligências junto ao setor próprio da ENERGISA para inclusão de regras adicionais no tocante a) ao valor estimado; b) vigência e publicação; c) proteção de dados - Lei 13.790/2018; e, d) procedimentos da gestão e fiscalização da contratação no TRE-RO. Assim, considerando a aquiescência da distribuidora, vieram ao processo nova minuta ajustada em comum acordo pelas partes.

Em apreciação, a AJSAOFC concluiu que a minuta do contrato de adesão juntado pela SECONT no evento n. [0947172](#) encontra-se em conformidade com a legislação de regência, estando ainda em conformidade com as regras gerais da Lei n. 8.666/93, naquilo que aplicável e, ainda, com as disposições da Lei n. 14.133/2021, conforme o Parecer Jurídico n. 266 ([0948012](#)).

Ante o exposto, considerando os documentos carreados aos autos, somados à necessidade da contratação pretendida para atender às demandas deste Tribunal, com base nas atribuições conferidas pela Portaria n. 66/2018, **RATIFICO** a dispensa de licitação reconhecida pela SAOFC, bem como:

I - aprovo o ETP ([0886404](#)) e o Termo de Referência n. 11/2022 ([0946437](#)), porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no art. 6º, inciso IX e alíneas, art. 7º, inciso I, e art. 14, todos da Lei n. 8.666/93;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento n. [0886798](#), em cumprimento ao item 44 da Resolução CNJ n. 215/2015 e ao Acórdão TCU n. 2622/2015 – Plenário;

III - autorizo a despesa, de forma direta, por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XXII, da Lei n. 8.666/93;

IV - adjudico o objeto à empresa ENERGISA RONDÔNIA - Distribuidora de Energia S/A - CNPJ n. 05.914.650/0001, e autorizo a emissão de Nota de Empenho em seu favor, no valor de R\$ 1.963.817,03 (um milhão, novecentos e sessenta e três mil oitocentos e dezessete reais e três centavos); e

V - determino a publicação do ato de ratificação no DOU e no DJE, em prestígio ao princípio da publicidade, haja vista que o valor da contratação está acima do patamar estabelecido para a dispensa legal, com fulcro no Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário;

À SAOFC para continuidade das ações, visando à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 16/12/2022, às 14:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0958793** e o código CRC **DE8AF090**.